



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 83

Sessão Ordinária de Setembro

2.ª Reunião de 04-10-2001

Aos quatro dias do mês de Outubro do ano dois mil e um, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Primeiro Secretário, e pelo Vogal Joaquim António Gaspar Melo Albino na qualidade de Segundo Secretário e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, António Fernando Ribeiro Martins, João Pires da Rosa, Joaquim de Freitas, Pedro Machado Pires da Rosa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Fernando Cardoso Leitão Miranda, André Bastos Malva Quinteiro, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Firmino Marques Ferreira, Maria Arminda Sousa Correia, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes vogais:

Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Maria João Santos Pais, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Rogério Mário Madail da Silva, João Coelho Gonçalves, Fernando Vieira Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Jorge Manuel do Nascimento, Manuel Simões Madail, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, esteve presente o Presidente da Câmara Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e o Vereador Jaime Simões Borges.

De seguida o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, da substituição da vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo pela vogal Maria Teresa Fidélis da Silva, do vogal José Augusto Fernandes Júnior, pelo vogal António Fernando Ribeiro Martins, do vogal Álvaro Patrício do Bem pelo vogal Joaquim de Freitas, o vogal Manuel Júlio Braga Alves pelo vogal André Bastos Malva Quinteiro, o vogal Armando Manuel Dinis Vieira, pelo vogal Firmino Marques Ferreira, e o vogal António Sousa Dinis Correia pela vogal Maria Arminda Sousa Correia.

Continuando o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Senhores Deputados, que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

De seguida o Presidente da Mesa deu entrada na “Ordem de trabalhos” prevista para esta sessão.

PONTO N.º 1 – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído por todos membros desta Assembleia, de acordo com a lei, e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

Membros da Assembleia:

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

(Entretanto, entrou na sala o vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre).

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal João Maia (CDS/PP)

A

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Miguel Capão Filipe (CDS/PP)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Vogal Firmino Marques Ferreira (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

B

(Entretanto, entrou na sala o vogal Diogo Manuel Santos Soares Machado).

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

Vogal Raúl Martins (PS)

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se intervalo para jantar.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Primeiro Secretário, e pelo Vogal Joaquim António Gaspar Melo Albino na qualidade de Segundo Secretário e com a presença dos seguintes Vogais: Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, António Fernando Ribeiro Martins, João Pires da Rosa, Joaquim de Freitas, Fernando Cardoso Leitão Miranda, André Bastos Malva Quinteiro, João Alberto Simões Barbosa, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Fernando Vieira Ferreira, Firmino Marques Ferreira, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes vogais:

António Ildebrando Nunes Costeira, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Maria João Santos Pais, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Rogério Mário Madail da Silva, João Coelho Gonçalves, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Manuel Simões Madail, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, esteve presente o Presidente da Câmara Alberto Afonso Souto de Miranda, e o Vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio.

Reiniciados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu continuidade à discussão do Ponto n.º 1 – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara.

Membros da Assembleia:

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

ç

(Entretanto, entrou na sala a vogal Maria Arminda Sousa Correia)

Vogal António Salavessa (PCP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Eu hoje fiz questão quando entrei lá em baixo nas escadas, em mostrar ao segurança que vinha acompanhado com um xizato. Já estava quase a adivinhar que ia haver um discurso de apelo às armas, um discurso bélico, belicista quase, na defesa de interesses de Aveiro, defesa da mobilização de toda esta bancada, de toda esta Assembleia e de quem mais preciso for, para um tão complicado problema, que por acaso não senti necessidade de introduzir logo no início da sessão, e que surgiu só depois por uma pergunta minha sobre o estado da pista do Rio Novo do Príncipe – como é que ela estava?

Eu queria secundar, a predisposição já manifestada por outros deputados municipais, para poder participar no movimento que avalie primeiro a situação, porque não tomo posição sem conhecer o teor concreto daquilo que o senhor presidente invocou; que avalie a situação e se for caso disso, de participar no movimento de protesto.

Agora, este incidente, ou este acontecimento, ou este facto político, que certamente terá em termos mediáticos apagado por exemplo a infâmia do Aveiro-Basket e ou outras coisas que tais. Eu queria lembrar ao senhor presidente uma coisa: é que quando corre bem, para a câmara e para o senhor presidente é muito bom – e tem uma grande capacidade - quando corre mal, todos temos que nos mexer, todos temos que andar, todos temos de trabalhar!?

Vamos lá a ver então se não são só as dificuldades que são partilhadas, mas também os outros momentos e as outras coisas. Até porque o senhor presidente, ainda hoje disse (não disse hoje, mas veio hoje escrito numa entrevista): «julgamos que nos tempos que correm, a democracia autárquica tem muito a ganhar, se nós conseguirmos analisar a participação cívica dos aveirenses». Eu tenho dito, redito, que esse foi um aspecto dos compromissos eleitorais do senhor presidente, e do PS, que foi claramente esquecido - a motivação da participação dos aveirenses. E isso é demonstrado por “n” exemplos, e diria o senhor presidente que a mobilização dos aveirenses talvez passe também pela mobilização da Assembleia Municipal, mobilização em torno de questões... Agora, quando o senhor presidente confrontado com uma situação, como a da renovação do contrato da EDP (que no meu entender é um contrato novo, é uma concessão por mais vinte anos, em termos diferentes, em condições diferentes), e quando é a Assembleia que fixa os termos gerais das concessões. O senhor presidente sabe, que houve câmaras, disse que há câmaras, que entendem que não é preciso vir à Assembleia, e há câmaras que entendem que sim. Mas a escolha sua. É de que não têm que vir?! Portanto, não interessa mobilizar a Assembleia para um objectivo qualquer, não interessa. A sua leitura é sempre redutora da intervenção e da possibilidade de intervenção desta Assembleia e doutros fóruns

que existem no nosso concelho! Por isso, apelava que, no que falta da sua presença, e a sua presença terá que terminar obrigatoriamente quando as listas forem apresentadas, no que resta da sua presença e na continuação seguinte com o seu substituto, que ainda seja feita alguma coisa para alterar esta situação.

Queria ainda só lembrar, que o senhor presidente não nos disse nada sobre a situação do prédio Severim Duarte!? Que na sessão anterior disse. “na segunda feira, vamos já ver o que é que se está a passar”. O senhor presidente não tem que responder a tudo (já foi dito aqui várias vezes), mas os seus silêncios também têm o seu significado.

Quanto à questão do sal. Eu acho, ou achamos, e digo achamos porque temos trocado impressões, temos discutido isto, temos avaliado isto (e nem sei se deva antecipar esta questão ou se deveria ficar para argumento eleitoral, ou para proposta eleitoral). Mas não, a nossa atitude não é uma atitude que se paute por critérios eleitoralistas - não se perdem nem se ganham eleições. Sobe-se ou desce-se e alguém fica em primeiro lugar, mas a participação em si é uma questão que é muito importante e esperamos bem, espero bem, que os resultados fiquem para além desta situação.

A situação do sal, está condenada, se ela for encarada apenas em termos de mercado. Portanto em termos de mercado está completamente ultrapassada. Portanto, não é possível que o Sal de Aveiro concorra nestes termos, nos termos actuais. Aqui há três, quatro, cinco anos na discussão do Plano Estratégico, surgiu a tal ideia dum aposta diferente, com uma marca, com circuitos diferentes de comercialização, mas isso não tem passado de palavras; não tem passado disso, não há medidas concretas nesse sentido. Portanto, não há do ponto de vista económico, até agora, uma nova solução que resolva esta questão. Eu acho que é necessário fazer uma inflexão absoluta na abordagem deste problema, isto é: se nós entendemos que o sal, ou melhor, a actividade do salgado, em termos de memória colectiva, em termos de imagem caracterizadora, em termos de interesse turístico, etc. - é algo que interessa preservar e que interessa manter. Isso tem que ser feito naturalmente, apesar dos aspectos económicos não serem aqueles que motivam. Portanto, tem que se encontrar outras soluções que não o esperar que a actividade seja rentável. Isto poderia passar porquê? E estas são as tais ideias, as tais reflexões, que temos feito e que constarão das nossas propostas a apresentar ao eleitorado de Aveiro, mas que não tenho problema nenhum em partilhar aqui. É de começar a trabalhar, para se conseguir em relação à actividade do salgado, aquilo que se consegue em relação a um série de outras actividades. Isto é, uma ideia de mecenato, que leve a que entidades, empresas, hotéis, etc., assumam cada um uma marinha para si.

Ou seja, os custos de exploração, os custos de manutenção e de exploração dum marinha, já ouvi falar em 500 contos; já ouvi falar em 2000 contos; já ouvi falar em 5000 contos - uma grande empresa gasta em promoção, em publicidade, muito mais dinheiro do que isto. Ora, se nós conseguirmos para Aveiro um conjunto de patrocínios, um conjunto de mecenas...?! É licenciado um hotel; sim senhor sob a condição de explorar uma marinha. Estou a falar com a ideia de que em termos de custos isto não é um absurdo.

Portanto, uma marinha da Portucel, uma marinha... portanto a ideia é esta: conseguir que as empresas, as entidades, que têm interesse em manter uma imagem de Aveiro, que se empenhem e que patrocinem a actividade dum marinha. E, desta maneira, nós poderemos ter vinte, trinta, marinhas em actividade, independentemente do sal se vender ou não se vender, e do resultado ser lucrativo ou não. Penso que é esta abordagem que tem que passar, a estar no nosso horizonte, na nossa perspectiva”.

(Entretanto, entraram na sala os vogais Maria Teresa Fidélis da Silva e Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão).

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

(Entretanto entrou na sala o vogal Pedro Machado Pires da Rosa).

Vogal Miguel Capão Filipe (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Gostaria apenas de referir, que no que diz respeito à réplica do senhor presidente da câmara, no que diz respeito à intervenção acerca da pista de remo, sinto que o senhor presidente da câmara colheu o estado de alma e a determinação de “Aveiro Sempre em Primeiro”, o que nos apraz registar.

No que diz respeito à substância em si. Obviamente, que quer a pista de remo quer em relação ao CODU, estamos aqui para nos empenharmos determinadamente na reivindicação e na resolução desta questão para Aveiro. Portanto, podem contar connosco, quer a nível dos órgãos aveirenses locais, quer em termos de órgãos nacionais, designadamente do Parlamento Português”.

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Vogal Gaspar Albino (CDS/PP)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

PONTO N.º 2 – LANÇAMENTO DA DERRAMA PARA O ANO 2002.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 13/09/2001, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação deste assunto e também do assunto seguinte da ordem de trabalhos, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:

Vogal António Salavessa (PCP)

p

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 2 da ordem de trabalhos, Lançamento da Derrama para o ano 2002, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e oito votos a favor (PS13+PSD7+PP8) e uma abstenção (PCP1).

Não houve declarações de voto.

PONTO N.º 3 – FIXAÇÃO DA TAXA DA CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA PARA O ANO 2002.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 13/09/2001, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara (apresentação foi feita em conjunto com o ponto n.º 2).

Membros da Assembleia:

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, Fixação da Taxa da Contribuição Autárquica para o ano 2002, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e oito votos a favor (PS13+PSD7+PP8) e uma abstenção (PCP1).

Não houve declarações de voto.

PONTO N.º 4 – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ASSOCIAÇÃO “AVEIRO DIGITAL”.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 13/09/2001, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação deste assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

(Entretanto, entrou na sala o vogal Jorge Manuel do Nascimento).

Vogal António Salavessa (PCP)

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PS)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Presidente da Mesa

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara, para os esclarecimentos tidos por pertinentes.

E

Membros da Assembleia:

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP)

Presidente da Mesa:

“Há aí um aspecto em que não tem razão de ser a sua intervenção. É o problema da conformidade do articulado com o Código Civil. Por duas ordens de razões: porque não é uma preocupação que deva ser política, embora também deva ser política. Mas em primeira linha de legalidade o primeiro fiscal disso é o notário (fiscal prévio), e depois há sempre a possibilidade do Ministério Público, em caso de desconformidade gravosa pedir a anulação.

A nossa perspectiva aqui é política, e isso nessa parte da conformidade com o Código Civil não foi aduzido nenhuma reserva concreta, apenas o receio de que não esteja.

Agora, admito pôr à votação em duas alíneas: uma a votação do princípio da autorização da adesão, a uma associação com o figurino genericamente consagrado neste projecto; e uma segunda alínea, essa adesão ser imediata com este figurino. E ainda neste aspecto, ficar pressuposto uma autorização para que em relação às reservas que aqui foram tecidas possa a Câmara negociar melhorias do teor, com os outros membros relevantes, nomeadamente esse do mandato ou negociar em termos de regulamento. Aí não temos que nos pronunciar porque o regulamento não está presente, é um voto de confiança, é a expectativa de que a Câmara faça um regulamento correcto.

Mas há aqui uma outra dúvida que é a seguinte: Como estamos a chegar à meia-noite, talvez deixar a votação para a próxima reunião. Falta perguntar à Câmara, se pode fornecer à Assembleia até à véspera da próxima reunião, os tais documentos que foram pedidos (Relatório Global da 1.ª fase do Programa Aveiro Cidade Digital 1998/2000). Se pode, vamos deixar a votação para a próxima reunião, penso que não há objecção.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Presidente da Mesa

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando a próxima reunião da presente sessão para o dia 9 de Outubro de 2001 (terça-feira) pelas 18:00 horas.

Eram 24:00 horas do dia 4 de Outubro de 2001.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.